



COIAB AYU'RU AMAZÔNIA INDÍGENA EM CONEXÃO

FORTALECENDO A REDE COIAB

Primeiro ano de gestão foi marcado por continuidade de trabalhos e aceleração do crescimento da Coiab e organizações de base. **Pág. 4**

DEFESA DE DIREITOS INDÍGENAS

Atuação de rede de advogados e advogadas indígenas é destaque a nível nacional e internacional. **Pág. 6**

COIAB, 35 ANOS DE LUTA E RESISTÊNCIA

Foto: Acervo Coiab



Conheça a história por trás da maior organização indígena regional do Brasil, sua atuação e protagonismo na luta pelos direitos dos povos indígenas da Amazônia brasileira. **Pág. 15**

AUTONOMIA E SUSTENTABILIDADE

Conheça as ações que ajudam a fortalecer povos e territórios da Amazônia indígena. **Pág. 8**

GÊNERO, INFÂNCIA E JUVENTUDE

Iniciativas da Coiab são voz e vez para mulheres, crianças e jovens indígenas. **Pág. 11**

FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS

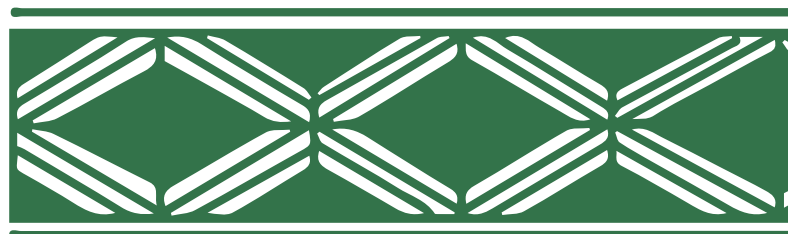
Cursos e formações qualificam lideranças para os desafios da contemporaneidade. **Pág. 9**

POVOS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO

Proteção a povos em isolamento voluntário é política prioritária na Coiab. **Pág. 13**



Grafismo: Povo Karajá - uma jovem que dança com os ijasõ



Grafismo: Povos do Alto Xingu - guelrra de peixe via Kaianaku

EDITORIAL

É com muita alegria que apresentamos a nova edição do **Jornal Coiab**, uma ferramenta de informação e comunicação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) sobre as ações realizadas no tocante à defesa dos direitos dos povos indígenas da Amazônia brasileira, a nível local, estadual, regional, nacional e internacional, junto à rede Coiab, parceiros e apoiadores, na gestão do quadriênio 2022-2026.

Nesta edição, vamos apresentar os principais destaques e resultados alcançados durante o primeiro ano da atual gestão, trazendo um panorama da atuação da Coiab em sua missão pela defesa e garantia dos direitos dos povos da Amazônia indígena.

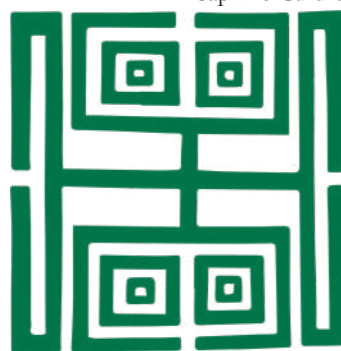
Além das conquistas recentes, o lançamento deste jornal celebra os 35 anos da Coiab. Mais que uma passagem de data, este é um momento de celebrar 35 anos de luta e protagonismo no movimento indígena brasileiro.

Desejamos a todos uma boa leitura!



Foto: Pepyaká Krikati - Formação de Agentes de Monitoramento Indígena (MA)

Grafismo: Povo Kayabi - Sapinho Cururu



PALAVRA DO COORDENADOR-GERAL

SAUDAÇÕES, PARENTES!



Toya Manchineri Coordenador-geral da Coiab
Foto: Aka Buya - Diálogos Amazônicos (PA)

Este é um ano de grandes celebrações para a Coiab. São 35 anos de uma jornada histórica, repleta de desafios e conquistas que refletem nossa resiliência e determinação como povos indígenas da Amazônia brasileira.

A Coiab nasceu do processo de luta pelo reconhecimento e exercício dos nossos direitos. Desde 1989, ano de sua fundação, esta tem sido nossa missão: defender o direito à vida, terra, saúde e cultura. Resistimos contra as investidas de exploração e destruição dos nossos territórios, afirmando nossa autonomia e autodeterminação.

Esta é uma luta permanente. O Marco Temporal continua a nos ameaçar, uma tentativa de apagar nossa história e nossos direitos ancestrais. Grandes empreendimentos continuam a avançar sobre nossas terras, desrespeitando nossos modos de vida e comprometendo o equilíbrio ambiental que sustenta não apenas nossas existências, mas toda a humanidade.

A luta pela demarcação de terras indígenas nunca foi tão urgente. Nossos territórios são nossa vida, nossa cultura, nossa identidade. Neste cenário, nós permanecemos firmes e unidos, erguendo nossas vozes em defesa de nossos territórios, não apenas para nós mesmos, mas para todos os seres que compartilham este planeta conosco. Então é dever de todos nós proteger e conservar a vida nesse planeta.

Enquanto enfrentamos esses desafios, não podemos esquecer o que está em jogo na COP 30, que será sediada na Amazônia em 2025. Pela primeira vez desde o Acordo de Paris, em 2015, os países atualizarão suas metas climáticas e esforços para redução da emissão de gases do efeito estufa. O futuro da humanidade e da Terra está nas nossas mãos e depende das decisões que serão tomadas. Lutamos para garantir que as vozes dos povos indígenas sejam ouvidas, pois somos nós os guardiões e protetores dos biomas, os defensores de uma visão de mundo baseada no equilíbrio e sustentabilidade com o meio ambiente.

Mesmo diante dos desafios, olhamos com orgulho para a história que construímos até aqui e projetamos um futuro com uma perspectiva de esperança. Em nosso primeiro ano de gestão da Coiab, tivemos marcos significativos, honrando o trabalho construído por nossos antecessores, trabalhando sempre para fortalecer e ampliar a rede Coiab.

Ainda há muito a ser feito. Mas confiamos na força e resiliência com as quais lutamos há 524 anos. Que possamos trilhar esse caminho juntos, reafirmando diariamente nossa autonomia e autodeterminação como povos indígenas. Que, juntos, possamos escrever mais e mais capítulos na história da Coiab, nossa grande casa amazônica.

COIAB: UNIR PARA ORGANIZAR, FORTALECER PARA CONQUISTAR!

PROJETOS COIAB POR EIXO - ATUALMENTE

*Dados do [dashboard](#) confira no qr code abaixo:



PROJETOS POR EIXOS DE ATUAÇÃO



EIXO 1 - 27 projetos
Gestão, Fortalecimento Político e Desenvolvimento Institucional da Coiab



EIXO 2 - 29 projetos
Defesa dos Direitos Indígenas e Políticas Públicas Prioritárias



EIXO 4 - 6 projetos
Formação política e técnica



EIXO 6 - 7 projetos
Defesa dos povos indígenas isolados



EIXO 3 - 17 projetos
Autonomia e sustentabilidade dos povos e territórios indígenas



EIXO 5 - 13 projetos
Gênero, infância e juventude indígena na Amazônia



GESTÃO, FORTALECIMENTO POLÍTICO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA COIAB

FORTALECENDO A COIAB: AVANÇOS E DESAFIOS NA GESTÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Continuidade de trabalhos e aceleração do crescimento da Coiab são destaques no primeiro ano de gestão

Um dos eixos de atuação da Coiab é a Gestão, Fortalecimento Político e Desenvolvimento Institucional, cujo objetivo é garantir a continuidade do processo de fortalecimento do movimento indígena no que diz respeito à gestão administrativa, financeira e política dos povos e suas organizações, assim como a unificação de suas lutas e ações, em conjunto com os povos e suas organizações indígenas de base.

Para isso, a Coiab atua por meio de projetos que visam atender aos seis eixos de atuação da instituição. Atualmente, são 38 projetos executados com o apoio e colaboração de 25 organizações parceiras. Segundo o gerente administrativo-financeiro da Coiab, Michel Patrick, a atual coordenação deu continuidade ao legado deixado pela gestão anterior, comandada por Nara Baré e Angela Kaxuyana, que focou na reestruturação organizacional e recuperação econômica da Coiab.



Foto: Yosu Manchineri | Rede de Jovens Comunicadores - Instalação de Antena de Internet e Placa Solar na Aldeia Extrema na TI Mamoadate

É um processo de crescimento que não parou. Hoje contamos com uma captação maior, com valores maiores e mais tempo de execução dos projetos. O que temos com a nova coordenação é a aceleração desse crescimento, construído coletivamente a partir dos trabalhos das gestões anteriores, com mais captação e equipes mais estruturadas”, afirma.

Entre as medidas estratégicas implementadas para o fortalecimento institucional, estão a política de compras, a política de Recursos Humanos (RH) e o controle de ativo fixo (bens essenciais para o funcionamento da organização). O estabelecimento dessas políticas trazem um amadurecimento institucional, o que atrai e solidifica a imagem da Coiab junto a potenciais parceiros, fortalecendo a transparência. A sede da Coiab em Manaus também passou por revitalizações em sua infraestrutura, pensando na segurança e bem-estar de

todos que trabalham e fazem uso da sede.

As políticas foram construídas a várias mãos, com a preocupação de executar pensando em quem está lá na ponta”, acrescenta Patrick. Ainda para este ano, estão previstas as formalizações das políticas de denúncias e anticorrupção da Coiab, que serão trabalhadas junto com o Fundo Podáali.

Ainda segundo o gerente, “o que está intrínseco na proposta da atual coordenação é crescer cada vez mais, só que crescer de uma forma estruturada. Essa estruturação se dá pelas formalizações legais de processo, com aprovação dos conselhos, de forma coordenada e que atende a todas as diretrizes previstas no estatuto da Coiab. Isso é muito positivo”, avalia.

Novas gerências

Um dos desafios cumpridos pela atual gestão foi a implementação de duas novas gerências: a Gerência de Monitoramento Territorial Indígena (Gemti), cujo plano de ação foi lançado durante o Acampamento Terra Livre (ATL), em 2023; e o Centro Amazônico de Formação Indígena (Cafi), que foi retomado e reformulado ainda no final de 2022. A assessoria jurídica da Coiab também foi ampliada, com a contratação de novos profissionais.

Perspectivas

Dos 38 projetos executados atualmente pela Coiab, 27 estão inseridos no eixo de Gestão, Fortalecimento Político e Desenvolvimento Institucional. Para o gerente de projetos, Luiz Penha Tuka-

no, isso ocorre por conta do objetivo central da Coiab, que é a luta pelos direitos dos povos indígenas.

É um dos eixos com maior gama de projetos e recursos, porque não envolve somente o fortalecimento da equipe e da coordenação nas sedes, mas também das lideranças nas bases. Por meio desses projetos, conseguimos apoiar nossas bases nos nove estados da Amazônia”, afirma Luiz.

Ainda em 2024, a Coiab, em parceria com a Coordenação Ecumênica de Serviços (Cese), lançará o projeto ‘Dabucury: Compartilhando experiências e fortalecendo a gestão etnoambiental nas terras indígenas da Amazônia brasileira’, que terá aporte do Fundo Amazônia. Para Michel Patrick, este será um grande desafio que vai trazer um “carimbo” de maturação para a Coiab enquanto organização.



Incidências nacionais e internacionais

A Coiab também fortaleceu sua imagem institucional ao estar presente em agendas nacionais e internacionais, tais como as edições do Acampamento Terra Livre; a COP 28, em Dubai, onde lançou o site PGTA na Amazônia, com o levantamento dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) dos nove estados da Amazônia brasileira.

Grafismo: Povo Gavião - Pintura do Gavião



Foto: Bruna Kayabi - Apoio Institucional da Coiab para a XIX Assembleia do Povo Mundurucu (PA)

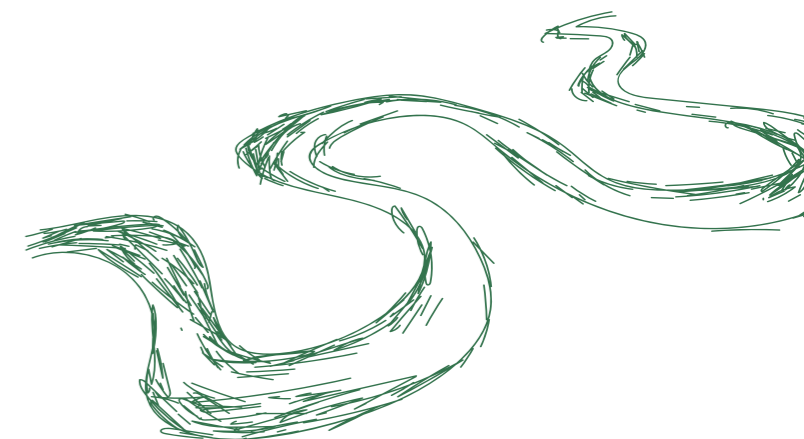


Foto: Kamikia Kisedje - Delegação da Amazônia | COP 28

DEFESA DOS DIREITOS INDÍGENAS E POLÍTICAS PÚBLICAS PRIORITÁRIAS

ATUAÇÃO DE ADVOGADAS E ADVOGADOS INDÍGENAS FORTALECE AS LUTAS DO MOVIMENTO INDÍGENA NA AMAZÔNIA

Importantes incidências na defesa dos direitos dos povos indígenas, a nível nacional e internacional marcam os últimos anos

A luta do movimento indígena é a luta por direitos coletivos, incluindo os direitos à vida, terra, saúde, educação, cultura, participação política e outras garantias fundamentais dos povos originários. Por isso, um dos eixos de atuação da Coiab, conforme previsão Estatutária, é o de Defesa dos Direitos Indígenas e de Políticas Públicas Prioritárias, cujo objetivo é nortear as intervenções da Coiab e suas organizações de base. Este eixo compõe 29 dos 38 projetos executados pela atual gestão da Coiab, o que ressalta como a luta pelos direitos da Amazônia indígena faz parte da essência da própria Coiab enquanto organização formada por e para povos indígenas.

Para cumprir essa missão, a Coiab conta com uma assessoria jurídica indígena, além da Rede de Advogados e Advogadas Indígenas da Amazônia Brasileira composta por profissionais vinculados e indicados pelas organizações de base da Coiab para atuarem na defesa dos direitos e garantias, prioritariamente coletivos. Atualmente, a Coiab acompanha 14 processos relacionados aos povos indígenas, sendo 8 no Supremo Tribunal Federal (STF) e 6 em esferas estaduais.

Através destes profissionais, inúmeras incidências são empreendidas no âmbito dos três poderes. No legislativo, o monitoramento e a qualificação de dados e informações são essenciais para o diagnóstico e proteção dos direitos indígenas, bem como para a definição de estratégias do movimento indígena. Exercício empreendido também no âmbito do Executivo, com destaque para as políticas públicas, que complementam o escopo de atuação dos(as) advogados(as) indígenas, essencialmente realizado no Judiciário e especialmente dedicado para pautas como o direito constitucional aos territórios.

Para a advogada e assessora jurídica da Coiab, Cristiane Baré, a avaliação do trabalho realizado no primeiro ano de gestão da atual coordenação da COIAB é positiva, considerando espe-



Foto: Mitã Xipaya | Doutora Cris, advogada Baré

cialmente os desafios que a rede enfrenta para atender as demandas da Amazônia brasileira. “Nós ampliamos a equipe, que é formada 100% de advogados (as) indígenas, dada a complexidade e a demanda crescente por assistência jurídica, considerando a necessidade de defesa dos direitos e garantias de mais de 180 povos distribuídos em Terras Indígenas nos nove estados da Amazônia. Esses povos estão expostos a constantes ataques empreendidos por atores diversos, o que nos demanda atuação qualificada nas mais variadas esferas do Poder Judiciário”, explica.

No período 2022-2023, a Coiab continuou avançando positivamente no âmbito do eixo supramencionado, com incidências a nível nacional e internacional. Elas incluem a continuidade do trabalho realizado com as medidas cautelares deferidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em favor dos povos Guajajara e Awá, em isolamento voluntário, na Terra Indígena Araribóia, no Maranhão; a situação desses povos, que sofrem historicamente com crimes ambientais praticados por terceiros em seus territórios, agravou-se durante a pandemia e a omissão do então governo Bolsonaro. A Coiab, junto da Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (Coapima), Indian Law, Apib e o Guardiões da Floresta, apresentou uma denúncia sobre a situação na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) apontando a morosidade e a omissão do Estado brasileiro em adotar medidas suficientes e efetivas para proteger os indígenas.



Foto: Pepyaká Krikati - Comissão Interamericana de Direitos Humanos na Terra Indígena Araribóia

Outra incidência emblemática é a participação da Coiab no Caso Casino, ação movida por uma coalizão de organizações nacionais e internacionais para responsabilizar o grupo francês Casino por danos ambientais e violações de direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil e na Colômbia, decorrentes da falha em evitar a compra de produtos bovinos oriundos de áreas ilegalmente desmatadas e sobrepostas a territórios protegidos. O caso segue a passos lentos na justiça francesa, mas a Coiab, junto a Federação dos Povos Indígenas do Pará (Fepipa) e Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso (Fepoimt), mantém o posicionamento pela responsabilização do grupo e para garantir que as leis que protegem as TIs sejam cumpridas.

A Coiab também ingressou na condição de Amicus Curiae (função de fornecer subsídios ao órgão julgador) na Ação Civil Pública que trata da demarcação da Terra Indígena Tanaru, em Rondônia. O caso é emblemático por envolver um contexto específico dentre os fundamentos que amparam a demarcação das terras indígenas, especialmente quando se trata de povos isolados.

Em março de 2023, a Coiab conseguiu um assento permanente no Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas relacionadas aos Povos Indígenas (Fonepi), do Conselho Nacional de Justiça. A presença da Coiab no Fonepi, através da advogada indígena e assessora jurídica Kari Guajajara, garante a representatividade da Amazônia nos debates do Poder Judiciário que envolvem os povos indígenas e suas comunidades.

A rede Coiab segue organizada juridicamente contra o Marco Temporal. Apesar do STF ter julgado a tese inconstitucional em setembro de 2023, o Senado promulgou, no fim



Grafismo: Povo Krikati - Casco de Jabuti

Foto: Sergio Suruí - Terra Indígena do Povo Suruí



do mesmo ano, a Lei 14.701/2023, com inúmeros vetos prejudiciais aos povos indígenas. Representado pela Apib, o movimento indígena pede a anulação integral da lei; as organizações indígenas da Amazônia seguem mobilizadas contra a tese jurídica, que deve ser apreciada novamente pelo STF ainda em 2024.

Essas ações contribuíram para fortalecer a proteção dos direitos dos povos indígenas e para promover o fortalecimento das lutas empreendidas pelo movimento indígena”, completa Cristiane Baré.

AUTONOMIA E SUSTENTABILIDADE DOS POVOS E TERRITÓRIOS INDÍGENAS

POVOS E TERRITÓRIOS: COMO A COIAB ATUA PARA AUTONOMIA E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA INDÍGENA

Criação de gerência para monitoramento territorial e projetos vinculados à PNGATI foram destaques

Fortalecimento político, organizacional e econômico, valorizando a experiência em manejos dos recursos naturais e os conhecimentos tradicionais indígenas, apoiando-se na Política Nacional de Gestão Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI) para sua implementação numa perspectiva de consolidação da criação do fundo indígena da Amazônia. Esse é o objetivo do eixo de Autonomia e Sustentabilidade dos Povos e Territórios Indígenas da Coiab, que possui 17 projetos vinculados na atual gestão da organização.

Um dos pontos-chave desse eixo é o Fundo Podáali, mecanismo de captação e a distribuição de recursos aos povos indígenas da Amazônia, e do qual a Coiab faz parte do conselho deliberativo. Em 2023, foram distribuídos R\$ 1,6 milhão para 32 projetos indígenas na primeira chamada do fundo, contemplando iniciativas em Gestão e proteção territorial e ambiental indígena; Economia sustentável e soberania alimentar e 3) Fortalecimento institucional e promoção de direitos. Uma nova chamada deve ser lançada ainda

Acesse o site do Poddáli:



Foto: Lucas Bonny | 2ª Formação dos Agentes de Monitoramento Indígena - AMI. Município de Novo Aripuanã, Comunidade Boa Frente, 2024

em 2024, durante o Acampamento Terra Livre. A criação da Gerência de Monitoramento Territorial Indígena (Gemti) também veio para fortalecer a autonomia dos povos indígenas. Lançada

em 2023, a Gemti nasceu para assegurar o sigilo e cuidado dos dados e informações indígenas da Amazônia Brasileira, garantir apoio técnico à coordenação executiva e as demais gerências, organizar e fortalecer uma rede



Foto: Isabel Babaçu | Seminário Combatendo Atividades Ilegais em Terras Indígenas, Manaus - 2023.

de monitoramento indígena com as organizações de base, monitorar a execução das políticas públicas e prover capacidade técnica para os territórios monitorarem seus próprios territórios.

Entre as atividades já executadas pela Gemti, está a realização do Seminário de Crimes Ambientais, em maio de 2023, em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM); o início da estruturação da primeira plataforma de autodeterminação indígena, com dados de monitoramento sobre os territórios que serão produzidas e administradas pelos próprios povos, fortalecendo a rede de governança; o Seminário de Monitoramento das Terras Indígenas da Amazônia Brasileira, realizado em parceria com Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB, MOORE) em

setembro de 2023, que permitiu visualizar o tamanho das organizações indígenas e a potencialidade no monitoramento dos seus territórios.

A autonomia e a sustentabilidade em territórios indígenas estão intrinsecamente ligados às questões climáticas. Em 2023, a Coiab, via Gemti, lançou o Boletim de Emergência Climática nas Terras Indígenas da Amazônia Brasileira, com dados sobre a seca, queimadas e desmatamento na região. Dentro do Centro Amazônico de Formação Indígena (Cafi), o curso de Mudanças Climáticas, Carbono e REDD+ formou 280 lideranças indígenas. O Gemti também promoveu dois cursos de formação para agentes de monitoramento indígena, capacitando 39 indígenas de diferentes territórios em conteúdos sobre



Foto: Ronaldo Tapirape | Seminário de Monitoramento Indígena da Amazônia Brasileira, 2023

monitoramento territorial. A Coiab lançou, em dezembro de 2023, durante a COP 28 em Dubai, o site 'PGTAs na Amazônia', reunindo o resultado do levantamento dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) dos nove estados da Amazônia brasileira. Um diagnóstico do levantamento foi apresentado durante o Seminário Gestão Territorial e Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira, realizado em Manaus, em março deste ano, reunindo representantes de diversos territórios da região. O evento teve como parceiros o Instituto Clima e Sociedade (ICS), Fundação Amazônia Sustentável (FAS), Bezos Earth Fund, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), e The Nature Conservancy (TNC).

Ainda no âmbito dos PGTAs, a Coiab, em parceria com a Cese, dão início este ano ao projeto 'Dabucury: Compartilhando experiências e fortalecendo a gestão etnoambiental nas terras indígenas da Amazônia brasileira', que terá aporte do Fundo Amazônia. O projeto vai promover a autodeterminação indígena na gestão dos territórios, em alinhamento à PNGATI, por meio de chamadas públicas, serviços de apoio e capacitações, contribuindo para a consolidação das TIs da Amazônia legal. O edital está previsto para ser lançado ainda no primeiro semestre deste ano.

E, para fortalecer ainda mais o eixo da Autonomia e Sustentabilidade, o Cafi vai oferecer, até 2026, os seguintes cursos: Mestrado em Gestão Pública; Mudanças Climáticas com ênfase em REDD+ jurisdicional; Mudanças Climáticas e Salvaguardas com aplicação

baseado na legislação brasileira; Economias indígenas do século XXI: construindo novos conceitos de desenvolvimento; Comunicação Indígena; Isolados; Gênero e Povos Indígenas; e Inglês para a Amazônia rumo à COP30.



Grafismo: Povos do Alto Xingu - guelrra de peixe via Kaianaku

FORMAÇÃO POLÍTICA E TÉCNICA

COIAB PROMOVE FORMAÇÃO POLÍTICA E TÉCNICA PARA LIDERANÇAS DA AMAZÔNIA INDÍGENA

Iniciativas contribuem para a formação política de lideranças indígenas frente os desafios da contemporaneidade

Com o objetivo de proporcionar formação política e técnica para as atuais e futuras lideranças indígenas, o eixo de Formação Política e Técnica da Coiab conta, atualmente, com seis projetos em áreas como justiça climática, fortalecimento da comunicação indígena, mudanças climáticas e REDD+, promoção e fortalecimento de direitos territoriais e indígenas. Esses projetos estratégicos têm em comum o objetivo de subsidiar os povos indígenas com conhecimentos técnicos e científicos para a tomada de decisões coletivas.



SELO CAFI DE 2007



SELO CAFI DE 2023

Foto: Identidade visual antiga a esquerda e nova identidade a direita

Uma das resoluções da atual gestão da Coiab foi a retomada do Centro Amazônico de Formação Indígena (Cafi). Criada em 2006, a iniciativa formou mais de 100 lideranças indígenas em temas como gestão territorial, gestão ambiental e gestão de projetos, com o objetivo de contribuir para a formação política e técnica das lideranças e, desse modo, ampliar o acesso dos povos às políticas públicas. O projeto liderado pela Coiab funcionou até 2011 e foi retomado em um seminário em 2022, ao final da gestão de Nara Baré. Segundo a coordenadora pedagógica do Cafi, Gracinha Manchineri, o centro de formação foi retomado para formar um novo perfil de liderança indígena para a contemporaneidade.

O Cafi continua com a política da interculturalidade, com o conhecimento indígena fundamentando o conhecimento acadêmico, mas de uma forma mais profunda, voltada para o que chamamos de formação de lideranças para a contemporaneidade. Significa que a liderança, além de ter o conhecimento indígena e aca-



Foto: Pepyaká Krikati | III Módulo Curso Mudanças Climáticas, Carbono e REDD+ na Amazônia

dêmico, precisa conhecer os processos, conflitos e problemas dos povos indígenas e apontar soluções para eles. Ser uma liderança humilde, a serviço das comunidades indígenas, comprometida com sua autoformação e com a coletividade”, resume Gracinha.



Foto: Mitã Xipaya | Governança e Fortalecimento Institucional da Coiab

Desde sua retomada, o Cafí já formou lideranças indígenas dos nove estados da Amazônia brasileira nos seguintes cursos: Gestão Pública para Lideranças Indígenas (70); Mudanças Climáticas, Carbono e REDD+ (280); Governança e Fortalecimento Institucional da Coiab (70 membros dos conselhos deliberativo e fiscal); e Funcionamento do Estado Brasileiro (50). As formações foram ministradas por professores indígenas, técnicos e profissionais de parceiros como FGV, IPAM e WWF, além de advogados da rede Coiab.



Foto: Kaaiti Gavião | Seminário Gestão Pública para Lideranças Indígenas

A nova metodologia de formação do Cafí é presencial, dentro dos territórios indígenas, e o conhecimento adquirido pelas lideranças é multiplicado dentro de suas comunidades. A Coiab trabalha ainda na implementação de uma plataforma EaD onde serão ofertados cursos de especialização nas temáticas. Como inspiração para reestruturação do Cafí, a equipe Coiab conheceu a experiência de centros educadores como a Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST, o Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol e La Escuela de Gobierno Indígena y Desarrollo Amazónico - Egida, no Peru.

Além do Cafí, as Gerências de Monitoramento Territorial Indígena (Gemti) e Comunicação da Coiab também realizam formações técnicas e políticas para os povos indígenas. Em 2022, a Coiab realizou o encontro de formação da Rede de Jovens Comunicadores Indígenas, reunindo 20 jovens comunicadores e lideranças de base, além de membros da Apib e Coica. Este ano, por meio do projeto Dabucury, em parceria com a Cese, 25 jovens comunicadores participam de formações online e um encontro presencial sobre produção textual, redes sociais e outros conteúdos ligados à comunicação.

A Gemti realizou, em agosto de 2023, a oficina Papa Alpha, em parceria com o Greenpeace, onde abordou monitoramento territorial com uso de geotecnologias. A formação ocorreu na Associação de Defesas Etnoambiental Kanindé, localizada em Porto Velho (RO), com a participação de 14 representantes de vários territórios da Amazônia brasileira. Já em fevereiro e março deste ano, a Gemti realizou a Formação dos Agentes de Monitoramento Indígena para 39 indígenas na aldeia Lagoa Comprida, situada na TI Araribóia, no Maranhão, e na Comunidade Boa Frente, Novo Aripuanã (AM). O objetivo da formação foi abordar a proteção territorial, autonomia e o empoderamento dos monitores no uso das tecnologias para monitoramento de gestão territorial, além de ser o primeiro passo para a composição da Rede de Monitoramento Territorial Indígena da Coiab.

Em preparação à COP30, que será realizada em 2025, em Belém do Pará, a Coiab, em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, tem como meta realizar formação em língua inglesa para lideranças indígenas e intérpretes.



Foto: Isabel Babaçu | Formação Papa Alpha

GÊNERO, INFÂNCIA E JUVENTUDE INDÍGENA NA AMAZÔNIA

VOZ E VEZ PARA MULHERES, CRIANÇAS E JOVENS INDÍGENAS

Conheça as iniciativas da Coiab relacionadas à gênero, infância e juventude na Amazônia indígena

Uma das estratégias assumidas pela atual gestão da Coiab foi a de dar maior atenção e ênfase às temáticas ligadas às mulheres, crianças e jovens indígenas da Amazônia. Deste modo, a Coiab executa 13 projetos ligados ao eixo “Gênero, Infância e Juventude Indígena na Amazônia”, com ações que permitem apoiar, mobilizar e incentivar a participação de mulheres, crianças e jovens no movimento indígena, oportunizando o acesso a políticas públicas para esses segmentos.

No segmento de gênero, uma das estratégias da Coiab é fortalecer institucionalmente a União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (Umiab), organização com quem caminha a nível de Amazônia. Em 2023, por exemplo, a Coiab prestou apoio para alimentação e transporte de mulheres indígenas para a III Marcha das Mulheres Indígenas, ocorrida em Brasília, em setembro. Deste modo, a tenda da Coiab chegou a atender cerca de 1,5 mil mulheres durante o acam-



Foto: Jakukrei Haraxare | Corrida de tora na Terra Indígena

pamento. A tenda da Coiab também realizou o painel Alianças das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, com representantes dos nove estados da região.



Foto: Niara Nukinin | III Marcha das Mulheres Indígenas



Grafismo: Povo Manchineri - Pata de onça

A Coiab também contribuiu para o fortalecimento da comunicação da Umiab, com a contratação de duas comunicadoras para a organização e participação em formações técnicas. A Umiab também foi incluída em eventos e formações relacionadas às mudanças climáticas e REDD+.

Com a atuação da Coiab junto da Umiab, houve um avanço considerável nas lutas da questão de gênero e o enfrentamento à violência dentro da Amazônia. Nós recebemos o apoio da Coiab em diversas iniciativas, como a participação na Marcha das Mulheres. Isso nos fortalece”, afirma Telma Taurepang, coordenadora da Umiab.

Segundo Telma, as demandas das mulheres dentro dos territórios são pelo enfrentamento à violência de gênero, sustentabilidade e desenvolvimento de uma economia inclusiva, que atenda à questão de gênero na Amazônia. O processo de garantia da

equidade de gênero está presente no Cafí, coordenado pela Coiab. As formações promovidas pelo Cafí seguem uma paridade de participação de gênero, garantindo que os cursos, oficinas e treinamentos tenham sempre a participação de mulheres indígenas de diferentes povos da Amazônia.

“Não é fácil trabalhar a questão de gênero com povos indígenas porque há um processo de descolonização necessário que não se faz da noite para o dia. Mas quando se trabalha do ponto de vista da garantia de direitos, conseguimos uma abertura muito grande das lideranças indígenas, porque eles compreendem a importância de olhar para as mulheres como sujeitos de direito. Se é para garantir direitos, todos nós precisamos estar envolvidos nas discussões”, explica a coordenadora pedagógica do Cafí, Gracinha Manchineri.



Uma importante iniciativa da Coiab para empoderar a juventude indígena é a Rede de Jovens Comunicadores Indígenas. Criada para fortalecer as narrativas do movimento indígena da Amazônia, a rede conta com mais de 80 jovens indígenas, de 34 povos, de diferentes territórios da região. A proposta é dar voz à juventude e, por meio da comunicação, formar novas lideranças.



Foto: Mitã Xipayá | Acampamento Terra Livre, 2023

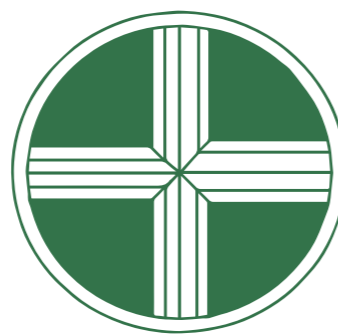
A rede fortalece a comunicação das organizações de base da Coiab, ampliando denúncias sobre os impactos dos crimes ambientais, violações de direitos e outras ameaças aos povos indígenas. Os jovens comunicadores atuaram na cobertura de mobilizações nacionais, como o Acampamento Terra Livre e a Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília. Esses comunicadores também passam por constantes formações técnicas, dentro da execução de projetos da Coiab.

Sob a orientação da Gerência de Comunicação da Coiab, a Rede de Jovens Comunicadores Indígenas gerou produtos como a revista eletrônica ‘Minuto Coiab’ e o podcast ‘Amazônia Indígena’, com conteúdos sobre os povos originários, a luta pela garantia de direitos e outros eventos relevantes ao movimento, como a COP. No Spotify, a Coiab já publicou mais de 416 minutos em materiais de áudio.

Acesse os Podcasts da Coiab:



Acesse o Minuto Coiab no Instagram:



Grafismo: Povos do Alto Xingu - Guelra de peixe via Kaianaku

INFÂNCIA INDÍGENA

As políticas voltadas para a infância e juventude indígenas também são pensadas dentro da estrutura do Cafí, que está construindo uma proposta curricular para abordar estratégias de enfrentamentos a desafios enfrentados por esses segmentos da população indígena, como o racismo, por exemplo.

“A luta pela infância está relacionada à luta pelo território e o enfrentamento ao racismo. As crianças indígenas são as primeiras a enfrentarem o racismo e não sabem se defender dele. A criança indígena tem direito ao brincar e à educação e saúde de qualidade, mas ainda há um processo grande de enfrentamento ao racismo estrutural nos espaços da educação e da saúde”, explica Gracinha Manchineri.

Uma das ações da Coiab de enfrentamento a esse desafio foi a realização de um curso com a temática ‘Infância, Direitos e Enfrentamento ao Racismo na Educação Escolar Indígena’, em parceria com a Unicef. A formação reuniu cerca de 100 pessoas, entre professores indígenas e não indígenas e técnicos de secretarias de educação, em torno da temática de enfrentamento aos preconceitos sofridos por crianças indígenas dentro do ambiente escolar.

DEFESA DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS

COIAB FORTALECE PROTEÇÃO AOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO NA AMAZÔNIA

Por meio de gerência específica, Coiab esteve presente em incidências nacionais e internacionais na pauta de proteção a esses povos



Foto: Peetsa | Isolados no Vale do Javari, 2012

Com a formalização da Gerência dos Povos Isolados e de Recente Contato (GPIIRC) da Coiab, desde setembro de 2020, a coordenação vem reforçando seu papel em apoiar as estratégias de organizações e iniciativas indígenas em suas bases para a gestão, monitoramento e proteção territorial de Terras Indígenas (TIs) com presença de povos indígenas isolados e de recente contato, bem como promover espaços de discussão e de formação sobre o tema.

No contexto da pauta da proteção aos povos indígenas, o objetivo do eixo de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato da Coiab é promover ações para fortalecer a proteção e garantir o cumprimento de políticas públicas direcionadas a esses povos. Durante esse período, o eixo temático está presente em sete dos 38 projetos executados pela atual gestão da Coiab, incluindo iniciativas que vão desde a governança e gestão de TIs, até a promoção e defesa da autonomia e dos direitos de povos indígenas em isolamento voluntário.

Segundo a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), há 114 registros de presença de indígenas isolados na Amazônia legal, sendo 28 confirmados, enquanto os de recente contato somam 22. Já a Coiab contabiliza 120 povos isolados, sendo 40 de recente contato, sendo que 64 desses povos estão em terras demarcadas e 56 em terras não demarcadas. Em geral, o isolamento é uma escolha desses povos, que preferem manter distância de não-indígenas e até mesmo de outros parentes indígenas. As razões do isolamento voluntário

são variadas e remontam desde o genocídio da época da colonização, quando os indígenas se refugiavam em áreas remotas para escapar da violência da invasão de seus territórios. Os povos indígenas isolados buscam se proteger dos efeitos negativos que o contato com a sociedade não-indígena traz para suas comunidades, como doenças, epidemias, morte, violência, espoliação de seus recursos naturais e outras ameaças aos seus direitos e modos de vida.

Conforme o gerente da GPIIRC, Luiz Fernandes, apesar do Estado brasileiro ter assumido o monopólio da gestão territorial e da política indigenista relacionada aos povos em situação de isolamento, são os próprios indígenas que, desde sempre, realizam a gestão dos territórios e a proteção dos parentes isolados. “O movimento indígena se reapropriar dessa temática de modo formal é uma novidade recente, e a Coiab é a única organização indígena regional que tem uma gerência voltada para essa temática. Ao nosso ver, ninguém melhor para pensar na proteção desses povos do que os próprios coletivos indígenas. Nós, enquanto Coiab, buscamos fortalecer essas iniciativas e potencializar esses trabalhos”, explica.

Para a técnica de projetos do GPIIRC, Varin Mema, indígena do povo Marubo, a Coiab trouxe visibilidade para ações políticas que fortalecem o movimento indígena na defesa dos povos indígenas isolados e de recente contato. “Vamos efetivando as iniciativas das bases com encontros, seminários e oficinas, articulando dentro desses compromissos nossa

Grafismo: Povos Alto Xingu - grafismo utilizado por caciques via Kaianaku

política de defesa dos parentes isolados e de recente contato na Amazônia brasileira. Essas incidências e articulações ocorrem em diferentes espaços de cooperação com parceiros como o Secoya, CTI, IEB, CPI-AC, OPI, Unijava, Associação de Mulheres no Vale do Javari e entidades governamentais, como a Sesai, OTCA, Funai e MPP”, informa.



Foto: Isaka Huni Kui | Encontro Corredores Transfronteiriços Brasil-Peru, 2024

Uma das conquistas recentes foi a realização do encontro Corredores Transfronteiriços Brasil-Peru, em janeiro em Rio Branco (AC), com o objetivo de fomentar e fortalecer os papéis dos diferentes atores que atuam na proteção dos povos isolados nas regiões transfronteiriças. O encontro gerou uma carta ao Ministério da Saúde solicitando a criação de um departamento específico de atenção à saúde dos PIIRC, dentro da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), assim como a contratação de profissionais indígenas com experiência para atuar dentro dessa política de saúde na Sesai.

O encontro também serviu como base para a construção de um modelo de plano estratégico que vai guiar a GPIIRC nos trabalhos vinculados às fronteiras do Brasil e demais países da América do Sul com presença de povos isolados.

Ainda segundo Luiz Fernandes, “a conquista maior foi perceber que as bases estão se apropriando do tema e colocando-o nas agendas prioritárias. Conseguimos desdobrar a presença da GPIIRC em agendas da coordenação em territórios com a presença de povos isolados”.

Em junho de 2023, a Coiab concluiu a campanha Isolados ou Dizimados, iniciada em 2021, ainda na gestão de Nara Baré, em parceria com o Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (Opi). A campanha contribuiu que quatro TIs que estavam sob ameaça de desproteção - Jacareúba-Katavixi (AM), Piripkura (MT), Pirititi (RR) e Ituna-Itatá (PA) - tivessem suas portarias de restrição de uso renovadas.

Acesse o Relatório de Isolados e Dizimados:



Grafismo: Povo Kayabi - Espinho de peixe

Em novembro de 2023, a GPIIRC fez parte da denúncia na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em Washington, nos Estados Unidos, sobre a situação de urgência e emergência instalada na TI Araribóia, no Maranhão, e a morosidade do Estado que podem culminar no extermínio do povo isolado Awá Guajá. Os povos indígenas do Araribóia sofrem historicamente com a ação de terceiros que cometem crimes ambientais na TI, e a situação foi agravada durante a pandemia da Covid-19.



Foto: Bitaté Uru eu | Intercâmbio entre coletivos indígenas de vigilância e monitoramento para proteção dos povos isolados na Amazônia brasileira

A gerência também articulou para dar maior visibilidade às lideranças de diferentes regiões nos principais eventos de 2023, como o Acampamento Terra Livre, a Marcha das Mulheres Indígenas, Cúpula da Amazônia e COP28. Na Cúpula, realizada em agosto de 2023 em Belém (PA), a GPIIRC participou diretamente do Seminário Internacional Amazônia Sustentável, na mesa temática Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial (PIACI). Além disso, participou do Intercâmbio entre coletivos indígenas de vigilância e monitoramento para proteção dos povos isolados na Amazônia brasileira, que foi realizado da Aldeia São Vicente na TI Kaxinawá do Rio Humaitá (AC). Neste encontro, houve uma troca de experiências e levantamentos de dados de povos isolados e de recente contato entre as TI Kaxinawa do Rio Humaitá (AC), TI Mamoate (AC), TI Vale do Javari (AM) e TI Uru Eu Wau Wau (RO).



Foto: Aka Buya | Oficina de Drone

A GPIIRC apoiou ainda ações em articulação direta com as organizações de base da Coiab, como a oficina de drone para monitoramento territorial na TI Uru Eu Wau Wau (RO); e a instalação de três pontos de internet nas TIs Apyterewa, Ituna Itatá, Trincheira Bacajá e Koatinemo para fortalecer a comunicação e reforçar a segurança de lideranças e agentes públicos que realizavam o processo de desintrusão da TI Apyterewa.

LUTA E RESISTÊNCIA: COIAB COMEMORA 35 ANOS DE LUTA PELO PROGRESSO DOS DIREITOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Por Robson Delgado

Ao longo das décadas, várias pessoas e organizações fizeram parte de uma grande história

Em 15 de janeiro de 1989, o Ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega lança o Plano Verão e uma nova moeda no país, o cruzado novo. Já em 18 de março do mesmo ano, é inaugurado em São Paulo o Memorial da América Latina, um projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer com o conceito e o projeto cultural desenvolvido pelo antropólogo Darcy Ribeiro. Na Amazônia brasileira, era fundada a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, a Coiab. São 35 anos de história ligados ao protagonismo do movimento indígena, trabalhando com e para os povos indígenas da Amazônia brasileira, movimentando a pauta no cenário regional, nacional e internacional.

AS RAÍZES DE UMA COORDENAÇÃO AMAZÔNICA

O surgimento de associações indígenas do Alto Rio Negro e a movimentação de assembleias no triângulo tukano no distrito de Pari-Cachoeira, no município de São Gabriel da Cachoeira (AM), deram o impulso a mais pessoas estarem envolvidas em temáticas indígenas, como o caso dos professores da região do Amazonas e Roraima que se reuniram para debater sobre educação indígena, se juntando mais tarde à região do Acre. Assim acontece a primeira assembleia da Coiab, em abril de 1989. Um ano após ser implantada a constituição mais recente do Brasil, em 1988, onde os povos indígenas são reconhecidos com sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Além de estabelecer os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, começa a ser competindo à união demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. A Coiab surge vendo que os povos indígenas da Amazônia brasileira ainda estavam em falta na educação, saúde e principalmente o direito à terra.

Orlando Baré, um dos fundadores e 1º coordenador geral da Coiab lembra: “Chico Mendes ainda estava vivo até então, muitos dos nossos colegas, lideranças do Acre, mantiveram contato com Chico Mendes na época. E eles tinham um pensamento muito parecido conosco na construção das reservas extrativistas naquela região. Isso tudo veio para um debate aqui para Manaus, quando em exatamente, abril de 1989 acontecia a 1ª Assembleia dos Povos e Organizações Indígenas da Amazônia.”



Foto: Acervo Coiab | Seminário Construindo Nossa História. 1997

Neste início, a Coiab tinha uma organização definida como coletiva e itinerante, que se deu por meio de 9 pessoas: 1. Jacir José Souza Macuxi 2. Manuel Moura Tukano 3. Amarelino Machado Tucano 4. Orlando Melgueiro da Silva Baré 5. Orlandino Melgueiro da Silva Baré 6. Alirio Ticuna 7. Pedro Mendes Ticuna 8. José Severino da Silva Manchineri 9. Paulo Roberto da Silva Galibi Maroorno.

Nos anos 90, a Coiab começa a ter uma estrutura similar com a que temos hoje, porém perde alguns cargos que eram na época foco central e hoje recebem o apoio ou atenção diferenciada pela Coiab. Como, por exemplo, o cargo de coordenador de saúde, tarefa hoje que se faz fiscalizando e apoiando órgãos como o DSEI. Em 1992 a instituição tem seu primeiro coordenador geral, na pessoa de Orlando Baré, como citado mais acima, assim começa um legado e caminhos traçados por muitos povos e muitas mãos.



Foto: Arquivo Coiab. Ano desconhecido.

Grafismo: Povo Baré - Onça



LINHA DO TEMPO DOS COORDENADORES GERAIS DA COIAB:



Orlando Baré -
Coordenador-geral 1989
(Do Povo Baré)

Claudio Pereira -
Coordenador-geral 1993
(Do Povo Mura)

Gersen Santos -
Coordenador-geral 1996
(Do Povo Baniwa)

Euclides Pereira -
Coordenador-geral 1998
(Do Povo Makuxi)

Jecinaldo Cabral -
Coordenador-geral 2002-
2006 (Do Povo Sateré Mawê)

Marcos Apurinã -
Coordenador-geral 2009
(Do Povo Apurinã)

**Maximiliano Correia
Menezes - Coordenador-
geral 2013 (Do Povo Tukano)**

**Francinara Soares Martins
- Coordenadora-geral
2017-2022 (Do Povo Baré)**

MULHERES INDÍGENAS: DO ACOLHIMENTO AO RENASCIMENTO



Foto: Reprodução Facebook AMARN

Percebemos que, desde sua fundação até a coordenação de 2013, apenas homens estavam com papéis de destaque na Coiab, porém, vale lembrar que desde seu início as mulheres fizeram a diferença. Com o exemplo da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN), na época coordenada por Deolinda Freitas Prado, nome sempre lembrado pelos fundadores e atuais coordenadores. Dona Deolinda Dessana faleceu em julho de 2023, deixando um legado e símbolo de resiliência para todos que a conheceram. Foi em sua gestão que a AMARN foi uma das primeiras instituições a apoiarem o surgimento da Coiab; como surgiu antes, ela tinha uma base já estabelecida, diferente da Coiab, que ainda engatinhava. Silvio Cavuscens, assessor jurídico da época da fundação, ressalta que a associação das mulheres foi de grande importância pela forma acolhedora, como uma mãe: “A Coiab não tinha nada, então quando tinha que receber alguém, chegar em algum lugar, alimentação, a AMARN foi esse espaço de refúgio e de início de caminhada da nossa luta”.

Angela Tukano, em entrevista para esta reportagem, fala como representante da AMARN da época e lembra do início da Coiab: “A AMARN é uma das mais antigas de acordo com os registros, então o Manoel Moura, Orlando e Orlandino Baré procuravam a Dona Deolinda e falavam que a maior dificuldade era a falta de capital e naquela época ser liderança

significava se despir do poder aquisitivo. Então eles tinham que se virar, pedir apoio de quem poderia ajudar, durante essa temporada um dos outros desafios era permanecer na capital (Manaus), sem dinheiro. É por isso que a AMARN os ajudou, desde hospedagem e alimentação. Então eles contam que para continuar a organização deles”, lembra.



Foto: Reprodução Facebook AMARN | Deolinda Freitas Prado

No decorrer dos anos, as mulheres compuseram a coordenação executiva, mas ainda sem o protagonismo devido. A primeira mulher na coordenação foi Maria do Carmo Serra Wanano, como secretária em 1996, seguida por Maria Miquelina Barreto Machado Tucano, como Secretária-Geral em 2002; Sonia Bone Guajajara como Vice-Coordenadora em 2006; e Francinara Soares Baré, como Tesoureira em 2013. Foi apenas em 2017 que uma mulher foi eleita como coordenadora-geral da Coiab: Francinara Soares Baré, que já tinha sido tesoureira na gestão anterior. Foi nessa coordenação (e única, até hoje) com uma administração paritária, com dois homens e duas mulheres, integrando junto a Nara, a tesoureira, Angela Amanakwa Kaxuyana.

Grafismo: Povo Sateré Mawé - Ponta da Flecha



Foto: Da direita para esquerda; Acervo pessoal | Maria do Carmo Serra Wanano; acervo pessoal | Maria Miquelina Barreto Machado Tucano; Mre Gavião | Sonia Bone Guajajara; Midia Ninja | Angela Amanakwa Kaxuyana e Kauri Warapi | Nara Baré na 2ª Marcha das Mulheres. Brasília-DF, 2021

Um período tenso pelo que ocorria tanto na esfera global, quanto na nacional, já que nas eleições de 2018 quem ganhava a corrida presidencial era Jair Messias Bolsonaro, que já na sua campanha tinha um discurso anti-indígena. Logo mais, em 2020, a coordenação executiva se via em outra situação catastrófica, a pandemia da COVID-19 se alastrava por todo o mundo. Uma das situações mais difíceis tendo em vista como a doença atingia os povos indígenas e como as fake news atingiram as comunidades e aldeias no período da vacinação. Nara Baré relembra esse momento, que a atingiu como liderança e como indivíduo. “... a Coiab vinha com um trabalho formidável, o planejamento estava tão redondinho, estava tão bonito no papel. Ninguém esperava que viesse uma pandemia e nem o pandemônio (referência ao governo Bolsonaro). Então foi muito complicado, a Coiab passa por dois momentos muito difíceis e para mim, particularmente tem um terceiro, quando meu pai fica doente e eu precisei me afastar.

2019 foi uma construção diferente, de uma ferramenta nova, que é o Fundo Indígena Podáali. E quando a gente consegue fazer o lançamento do fundo indígena Podáali, primeiro fundo indígena da Amazônia brasileira feita por nós povos indígenas, para nós povos indígenas e ser gerenciado por nós também, a gente acha que tava tudo muito bom”.

PRINCIPAIS LUTAS

A Coiab ao decorrer dos anos vem trabalhando com as mesmas pautas de sua criação e também agregando mais temas para a construção de novas visões de mundo. Promovendo articulação política e o fortalecimento das organizações indígenas, que compõem nossa rede por toda a Amazônia brasileira. Atua pela demarcação das Terras tradicionais. Lutamos pela garantia dos nossos direitos por uma saúde de qualidade e educação diferenciada digna. Desenvolvemos e fomentamos ações que fortalecem a diversidade cultural dos povos e também da sustentabilidade.

Projetos que envolvem desde formação de jovens comunicadores até projetos de PGTAs os Planos Gestão Territória e Ambiental de Terras Indígenas, envolvendo gerências da Coiab: Projetos, Povos Isolados e Recente Contato, Gerência de Comunicação, Gerência de Monitoramento, Gerência de Financeiro, Gerência do Centro Amazônico de Formação Indígena.

Um destaque para as lutas da organização são referentes aos povos isolados, onde a Coiab se destaca por estar à frente de atividades que monitoram e lutam para proteção dos povos, realizando esforços para apoiar as estratégias e ações das organizações e comunidades indígenas para a proteção dos territórios e vidas dos povos indígenas isolados. A atenção às políticas de recente contato e as incidências junto aos povos nessa situação é um desafio que se coloca na mobilização entre as organizações indígenas da Rede Coiab, parceiros indígenas e o Estado brasileiro. A Gerência de Povos Isolados e de Recente Contato também reconhece e promove as diversas políticas indígenas de proteção e o debate sobre o tema, ao mesmo tempo, em que busca incidir e monitora a efetividade da aplicação de políticas públicas de proteção para os povos Indígenas isolados e de recente contato, seus

territórios, em conjunto com as equipes multidisciplinares da Coiab, sua Rede nos nove estados da Amazônia brasileira, articulação para a Bacia Amazônica entre as organizações indígenas dos 9 países e parceiros da sociedade civil e setores públicas.

MARCO TEMPORAL

Desde seu início, tem como um dos seus objetivos a luta pelo território. Foi ela uma das primeiras, se não a primeira, a usar a frase destaque “DEMARCAÇÃO JÁ!” usadas até os dias atuais. Ao longo dos últimos anos o tema do Marco temporal tomou espaços em veículos de comunicação da grande massa, com isso o debate dentro e fora das lutas indígenas começaram a ficar em evidência. A missão da Coiab é reproduzir e amplificar essa demanda que é de suma importância para lutas indígenas.

A Coiab entende que o Marco Temporal (Lei 14.701/23), prejudica não só os indígenas que lutam por anos pela demarcação de terra, mas os indígenas que estão afastados dessa tema, todavia são parte dessa discussão, os povos em isolamento voluntário, uma vez que as terras que eles habitam estão em jogo. Prejudicando seu modo de vida que é voluntário, com a lei do marco temporal esses povos podem estar a mercê de perigos como a grilagem, o desmatamento e garimpo ilegal.

O atual coordenador-geral da Coiab fala sobre a importância da demarcação para os povos indígenas “Nós sabemos da importância dos territórios para a proteção da floresta, para a proteção

da vida, para o equilíbrio do clima do planeta, para a proteção dos seres humanos que vivem na terra”, afirma.

ATUALIDADE E ANSEIOS PARA O FUTURO



Foto: Débora Peres | José Severino Manchineri no Acampamento Terra Livre, 2023

Atualmente, a Coiab tem como coordenador-geral, Toya Manchineri, do Povo Manchineri do estado do Acre, que é filho de um dos fundadores da Coiab, o senhor José Severino Manchineri, que aos 18 anos já era considerado articulador dentro da sua comunidade, foi liderança por 20 anos e pajé, um dos únicos conhecedores vivos dos cantos antigos dos Manchineri. Participou também do processo de demarcação da primeira terra indígena do Acre. Zé Severino relembra sobre o pensamento inicial da Coiab “... de organizar todas as organizações menores, de base, que já atuavam no movimento indígena, mas não tinham nome nem uma estrutura formalizada. O primeiro grande desafio da Coiab e que se mantém até hoje é a demarcação de Terras Indígenas”. Esse

pensamento cruzou décadas e ainda se mantém em seu filho, hoje como coordenador-geral da Coiab. Com projetos que atuam com proteção territorial, a Coiab se junta a outras organizações para falar sobre pautas envolvendo essa temática tão importante que atravessa gerações.

O coordenador-geral fala sobre sua inspiração e sua motivação para seguir no movimento indígena. “Meu pai me motivava, por toda a trajetória dele. Com ele que aprendi sobre o movimento. E meus netos por que como existiu um passado, vai ter novas gerações e tudo que fazemos hoje é para que eles tenham um futuro melhor. Livre dos temas negativos que estamos trabalhando hoje”, diz.

A Coordenação Executiva da Coiab sonha com a Conferência das Nações Unidas pelo Clima, a COP30, que será realizada no ano de 2025 em Belém do Pará, no Brasil. Movimentando organizações, federações e articulações indígenas de toda a Amazônia, podendo ser um momento de união para falar sobre as suas próprias existências e realidades. Falar sobre mudanças climáticas da perspectiva dos povos indígenas e levar a pauta desse olhar para o mundo.

Nesta gestão, a Coiab voltou a usar o lema “Unir para organizar, fortalecer para conquistar!”, como memória de um passado que deve estar sempre presente, como lembra Toya Manchineri. “Lá atrás, a Coiab juntou as organizações de base com o intuito de orientá-las e fortalecer as bases e juntos conquistarem espaços”. De 1989 até 2024, quando a Coiab completa seus 35 anos, com a essência do passado e novas visões para seu futuro, dando o protagonismo para todos os povos indígenas da Amazônia brasileira.



Foto: Isaka Huni Kui | Acampamento Terra Livre, 2023

Grafismo: Povo Baré - Caminho de cobra



VOCÊ FAZ PARTE DESTA HISTÓRIA!





Coordenação Executiva da Coiab (2022 - 2026)


Toya Manchineri, Coordenador-Geral
Alcebias Saporá, Vice-Coordenador Geral
Marciely Tupari, Coordenadora Secretária
Avanilson Karajá, Coordenador Tesoureiro
Sergio Marworno, Vice-coordenador Secretário
Dineva Kayabi, Vice-coordenadora Tesoureira


Expediente


Texto: Valdeniza Vasques, Robson Delgado
Revisão: Alana Manchineri
Diagramação: Jaú Ribeiro
Fotos Mural: Kauri Waiãpi, Mitã Xipaya, Sikuny Kaxuyana,
Sikupiti Xerente, Jaú Ribeiro, Puré Juma, Isaka Huni Kuin e
Glycy Makuxi


 +55 92 8442-2243

 secretaria@coiab.org.br | coordenacao@coiab.org.br


 Avenida Ayrão, 235
Presidente Vargas
Manaus, Amazonas
Brasil | 69.025-290

 @coiabamazoniaoficial

 @coiabamazonia

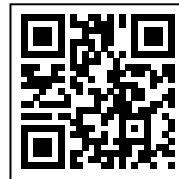
 @CoiabAmazonia

 @COIABamazonia

 @coiabamazonia

 Amazônia Indígena

Accesse nosso site



coiab.org.br

Grafismo: Povo Sateré Mawé - Cacho de açaí, união, família, festividade | Via Kian Sateré



Movimento
Indígena
do Acre



**Unir para organizar,
fortalecer para conquistar**



Fazemos parte:

